

## **OS PARQUES DO DISTRITO FEDERAL.**

Maria Alice Sampaio Silva  
Arquiteto, Mestre em Arquitetura  
Profa de Arquitetura da Universidade Paulista – UNIP/Brasília  
e-mail: marialicess@gmail.com

### **RESUMO**

O Colóquio QUAPÁ-SEL é um evento científico promovido pela Rede Nacional de Pesquisa QUAPÁ-SEL, debate pesquisas baseadas no sistema de espaços livres, quer sejam públicos ou privados, das cidades brasileiras. Neste trabalho são apresentados os parques do Distrito Federal – DF. Do total vê-se que a maioria ou não foi implantada ou está em péssimas condições de suas instalações, carecendo de ações governamentais efetivas, como gestão, planejamento e fiscalização, e principalmente de uma ação compartilhada com população que poderá usufruir do espaço livre. Ao todo são 73 unidades sob a responsabilidade do governo local, sendo que apenas 33 estão em atividades, mas com necessidades de melhorias.

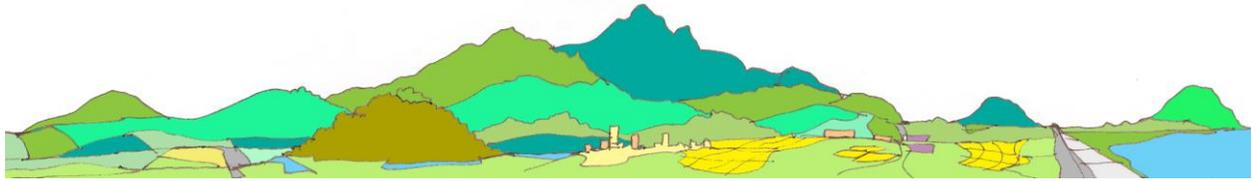
**Palavra chave:** espaços livres, parques, urbanismo, paisagismo.

### ***THE PARKS OF FEDERAL DISTRICT - DF.***

### ***ABSTRACT***

*The Colloquium QUAPÁ -SEL, is a scientific event organized by National Network of QUAPÁ -SEL Research, debating researches based on open spaces system, whether public or private, of Brazilian cities. This paper aim to show the parks of Federal District - DF. Although all had been installed, it is possible to see that most of them has not been implemented or are in terrible condition of their facilities. They lack effective government actions, such as management, planning and supervision, especially of a shared action with people who can make use of free space. Altogether there are 73 units under local government responsibility, and only 33 are in operation, but in need of improvement.*

**Key word :** *open spaces , parks , urban planning, landscaping*



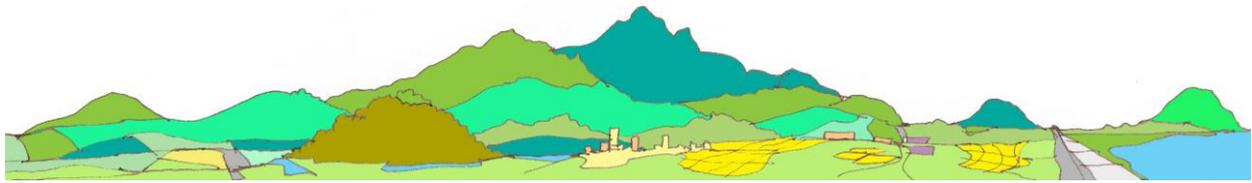
## INTRODUÇÃO

É fato que a maior parte da terra urbana e rural no DF é de propriedade pública, ou seja, pertence à União ou à TERRACAP, empresa do Governo do Distrito Federal – GDF. Com essa prerrogativa, o controle da liberação do estoque imobiliário seguiu regras peculiares, ao gosto da Administração local, pois o governo deixou de ser um regulador do mercado imobiliário para se transformar em fomentador da especulação sobre o setor. Entender o processo do uso e transformação da terra no DF significa buscar, na sua história, os motivos políticos que embasaram os governantes para a destinação dos diversos usos dados à ocupação das terras. (SILVA, 2011).

Ainda que Brasília tenha sido projetada diferentemente da maioria das outras cidades brasileiras projetadas, como a vizinha Goiânia ou Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, Brasília foi implantada segundo estudos técnicos colocados à disposição dos concorrentes ao concurso do seu projeto urbanístico. Tal cuidado não foi suficiente, ou foi negligenciado, para que o planejamento da ocupação urbana pudesse contemplar as funções de habitar, trabalhar, circular e recrear. Surgindo, ao longo do tempo, os problemas ambientais decorrentes de ocupação do solo indevido em áreas de risco. Fenômeno que é recorrente em todas as metrópoles.

Assim como o lote, a quadra e o traçado da rua, também a praça e o parque são elementos morfológicos das cidades ocidentais, configurando as estruturas verdes como elementos identificáveis relevantes na morfologia urbana. Mais ainda, compõem o desenho urbano, organizam e contêm espaços (LAMAS, 2010), a gestão correta do parcelamento urbano não caracteriza condição de sucesso para um crescimento harmônico com respeito ao meio ambiente, resultando em qualidade de vida aos seus moradores.

Os parques englobam, principalmente, áreas vulneráveis à urbanização, do ponto de vista de topografia e de cobertura vegetal. A expansão urbana acelerada põe em risco este suporte físico, alvo de intenso processo de especulação imobiliária. A Cidade-parque, criticada por Gouvêa (2002) na relação de cheios e vazios, por ter mais vazios do que cheios, é abundante de espaços abertos que “funcionam como muralhas horizontais segregando a população”.



Entretanto, o autor admite que esta grande área permeável contribui para a qualidade ambiental de forma abrangente. Essa área compreende grandes gramados, bosques de vegetação nativa, permeando os edifícios institucionais e residências de Brasília. Figuras 1 e 2.



Figuras 1 e 2: Vazios urbanos. Setor de Diversões, Eixo Monumental. Fonte: foto da autora, maio de 2015.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

Metodologicamente foram usadas a abordagem com perfil histórico-interpretativo, baseada em pesquisas bibliográficas, e parte da pesquisa desenvolvida na disciplina de Projeto Urbano e Paisagismo, da Universidade Paulista - UNIP, Campus Brasília. Especificamente utilizou-se como referência o Trabalho Final de Graduação da graduanda Marla Leite de Oliveira e o Parque Canela de Ema, situado em Sobradinho. Busca-se apresentar os resultados da análise tipo-morfológica da paisagem e do sistema dos espaços livres urbanos, especificamente voltados para o elemento parque, na linha de pesquisas do Grupo QUAPÁ-SEL. São usados como base projetos urbanísticos, textos, mapas, leis e decretos e a base cartográfica da Companhia de Planejamento do DF – CODEPLAN, órgão de apoio ao Governo do Distrito Federal e o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM, órgão responsável pela gestão dos parques e unidades de conservação do DF.



## **BRASÍLIA, CIDADE- JARDIM, CIDADE-PARQUE**

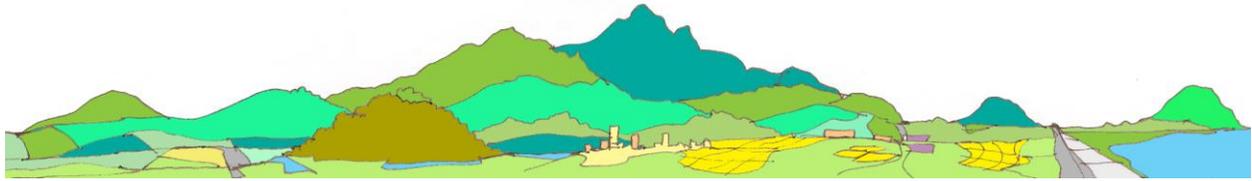
Os parques urbanos são espaços públicos que possuem dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação (KLIASS, 1993). São elementos da morfologia urbana que têm por característica amenizar a solidez das massas edificadas, propiciar aos usuários a prática de atividades esportivas, de recreação e de contemplação em contraposição ao ritmo acelerado da cidade.

Nas últimas décadas, tem crescido dentro do contexto urbano as demandas por espaços para o lazer ao ar livre. Efetivamente, com a conscientização da questão ambiental, muitos parques são incorporados a áreas de proteção. As novas propostas, dessa maneira, se inserem na valorização de áreas verdes nos centros urbanos e na conservação dos espaços e recursos naturais (MACEDO, 2012).

O Distrito Federal possui em sua estrutura de governo, duas instituições com atribuições ligadas aos parques, jardins e unidades de conservação: o Departamento de Parques e Jardins - DPJ e o Instituto Brasília Ambiental – IBRAM.

O DPJ é um departamento da NOVACAP, órgão diretamente ligado à Secretaria de Obras, executora das obras de interesse do governo. Tem por atribuição o plantio e a poda de árvores e gramas, assim como os jardins ornamentais. Produz espécies nativas do cerrado segundo pesquisas desenvolvidas dentro de seus viveiros. Dentre as atividades do departamento, estão a catalogação de todas as árvores plantadas no Plano Piloto, desde a identificação por nome científico, à localização e posição de plantio, que auxiliarão em um planejamento e execução de vegetação mais eficiente (GDF, 2015).

O órgão que executa e faz executar as políticas públicas relativas ao meio ambiente e recursos hídricos é o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM, segundo o artigo 2º item I, assim como controlar e fiscalizar o manejo e o uso dos recursos ambientais e hídricos do DF. Ao órgão compete, além de outras atribuições,



propor a criação de todas as unidades de conservação e todos os parques, assim como suas respectivas gestões. Para isso foi sancionada a lei que rege a implantação de parques e unidades de conservação, a Lei Complementar nº 265, de 1999, que dispõe que cada parque deve ser disciplinado por um plano de manejo, com base no seu zoneamento, uso e ocupação da unidade, em zonas de conservação, recuperação e atividades múltiplas.

São ao todo 73 parques, criados por decretos, entre os anos de 1994 a 1996 na maioria, em duas categorias: os ecológicos e os de uso múltiplo. A efetiva implantação e utilização pelos habitantes, na maioria dos parques, não acontece devido a fatores que vão desde a oficialização e demarcação das respectivas poligonais não contempladas nos decretos, como a degradação da paisagem, o potencial de conservação e a facilidade de acessos. Figura 3.

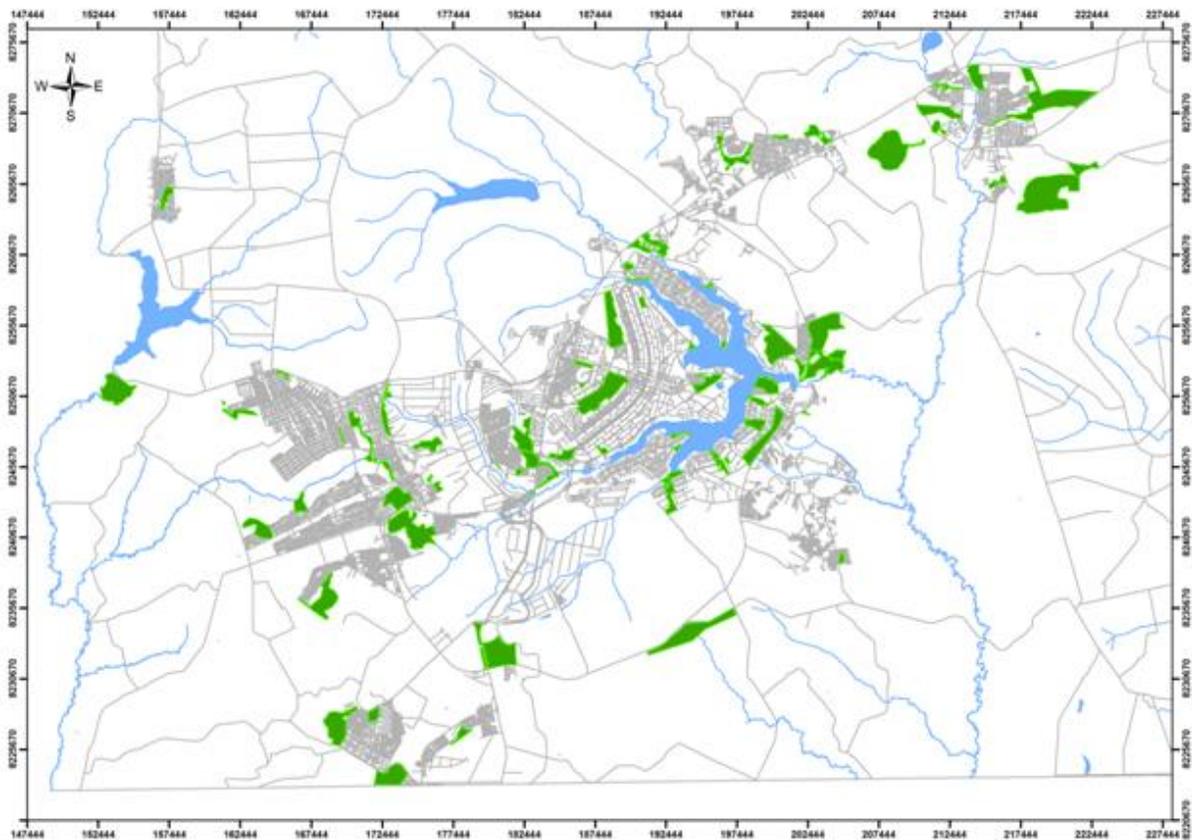
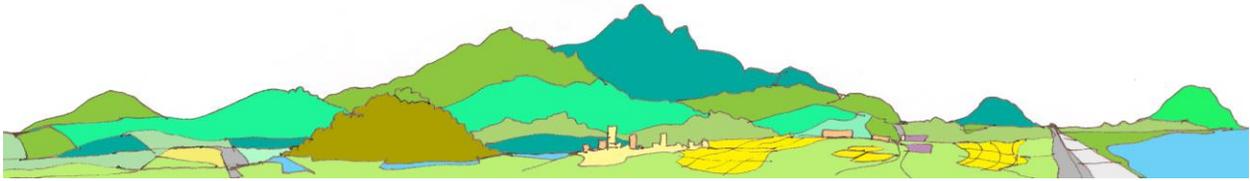


Figura 3: Localização dos parques monitorados do DF. Fonte: IBRAM, projeto MAPEAR, 2012.



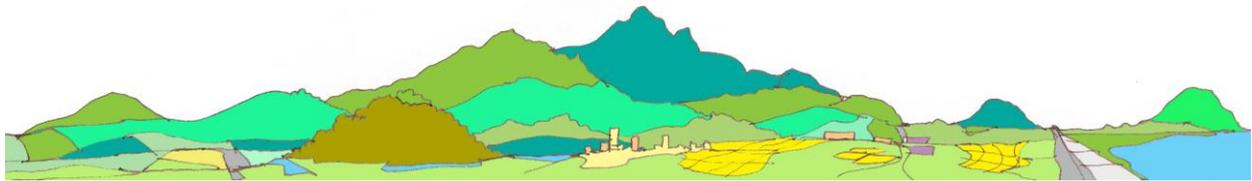
No Portal do GDF/ 2015, estão listados na página do IBRAM os parques, sua localização e sua área de abrangência em hectares, assim como a área da vegetação nativa. Resultado do Projeto MAPEAR, cujo objetivo pauta-se na produção de um diagnóstico para a região no que se refere à degradação ambiental, visa a prevenção e recuperação das áreas impactadas.

Segundo o MAPEAR, existem somente 33 parques considerados em condições de receber visitantes, que buscam espaço para realizar atividades físicas, de lazer ou simplesmente contemplação da natureza. Estes espaços foram, na maioria, implantados ou revitalizados com recursos do Programa Brasília Cidade Parque. (IBRAM, 2015) Figura 4.



Figura 4: Mapeamento dos 33 parques no DF em condições de visitação, segundo Projeto Mapear. Fonte: IBRAM, 2013.

No total dos 66 parques que já foram mapeados somam-se 8.255 hectares. Este total representa 10% do Parque Nacional de Brasília, cuja gestão pertence ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio. Com 4.646 hectares de vegetação nativa preservada



(58%), 64 hectares são destinados a lazer e recreação da população (1%), entretanto possui 3.556 hectares de áreas degradadas ou perturbadas (41%). Esta degradação se refere em sua maioria à mata nativa antropizada (33%), à agricultura (10%) e à mata exótica (20%), para citar as mais impactantes (IBRAM, 2013).

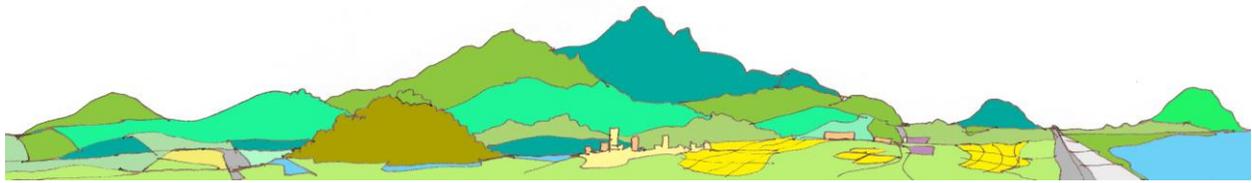
A distribuição dos parques em condições de uso pela população é bem diversificada, não sendo possível diagnosticar as razões de sucesso ou fracasso de sua apropriação pela população. Tem-se parques, como é o caso do Parque da Cidade D. Sarah Kubitschek, cuja localização estratégica entre a Asa Sul e o Setor Sudoeste, predominantemente áreas residenciais, possui utilização plena pela vizinhança e grande parte das outras regiões do entorno, pela variedade de atrações oferecidas. Inaugurado em 1978 e projetado por Roberto Burle Marx, possui 4,2 milhões de metros quadrados “que ora permitem concentrações e intenso convívio, ora sugerem atividades mais calmas, contemplativas e individualizadas” (MARX, 1979). Figura 5.



Figura 5: Parque da Cidade D. Sarah Kubitschek, Parque da Cidade. Fonte: fotos da autora, 2011.

## PARQUES DE VIZINHANÇA

Dentre os parques considerados de vizinhança, devido à proximidade com as áreas residenciais, há experiências exitosas como o caso do Parque Olhos D'Água, criado em 1994. Localizado em área destinada à SQN 414/415 e rico em nascentes, possui uma lagoa e mata ciliar preservada, é resultado de ação da sociedade civil que não permitiu a construção nas



projeções habitacionais localizadas sobre essas nascentes. Sua manutenção conta com o apoio dos moradores, além do trabalho do DPJ/NOVACAP. Figura 6.

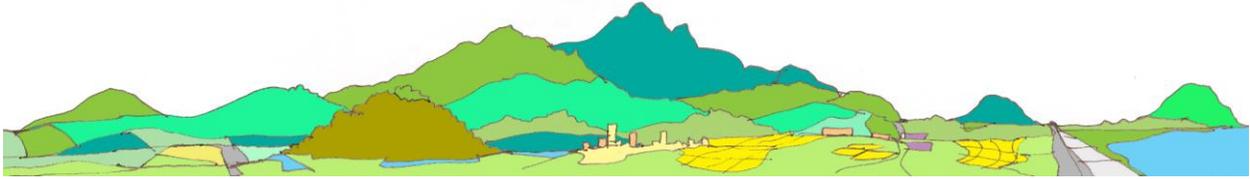


Figura 6: Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Olhos D'Água, Asa Norte. Fonte: foto da autora, 2015.

Infelizmente nem todas as experiências são satisfatórias. Apresentamos dois casos de parques que, a despeito de seu decreto, não estão em uso. Localizado no Setor Noroeste, o Parque Burle Marx encontra-se análogo ao Setor Sudoeste, assim como o novo bairro, se encontra em processo de construção. Além disso, possui uma pista de pouso do Aero clube de Brasília, em processo de demandas judiciais para sua retirada. Figura 7.



Figura 7: Parque Burle Marx, Setor Noroeste. Fonte: foto da autora, 2015.



## CONCLUSÃO

A crítica de urbanismo Jane Jacobs (1992) faz uma lista de motivos e horários diferentes que podem levar uma pessoa ao parque de vizinhança, como por exemplo: descansar, jogar ou ver um jogo, ler ou trabalhar, se mostrar para os outros, encontrar alguém para um compromisso, apreciar a agitação e outros tantos que nos motivem a usufruir de um espaço fora de casa. São atividades que mexem com os nossos sentidos.

Sendo assim a criação de um parque não pode ser aleatória, precisa estar inserida na valorização de áreas verdes dos centros urbanos e na conservação dos espaços e recursos naturais. Estimular o desenvolvimento de programas de observação ecológica, de pesquisas sobre os ecossistemas locais e de atividades de educação ambiental, bem como propiciar condições para a população usufruir do local em consonância com a natureza (GDF, 2012).

O planejamento e a gestão dos parques urbanos do Distrito Federal enfrentam diversidades relativas ao planejamento quanto à criação. Os parques não deverão ser apenas implantados aleatoriamente ou para marcar território e impedir novas invasões. Os custos com a manutenção necessárias das áreas por parte do governo, não podem atingir os limites do descaso. Arborizar uma cidade, principalmente Brasília, não é uma tarefa puramente ornamental. As árvores purificam o ar, proporcionam sombra, abrigam a fauna, atenuam a luminosidade excessiva da Capital, melhoram a umidade do ar, reduzem a ação dos ventos, diminuem ruídos e impactos sonoros e proporcionam conforto ambiental.

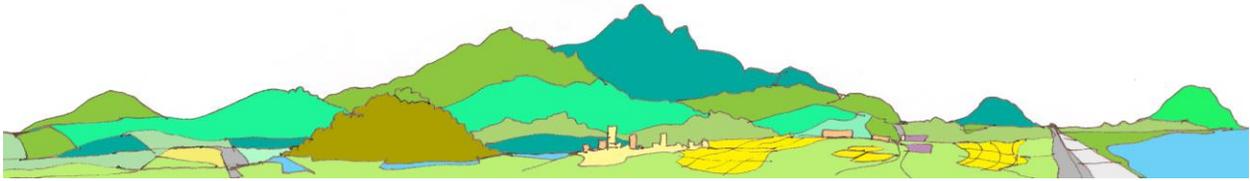
## REFERÊNCIAS

DISTRITO FEDERAL. Lei n. 265, de 14 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a criação dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo no Distrito Federal. - Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1999.

DISTRITO FEDERAL. Portal do GDF. [www.gdf.gov.br](http://www.gdf.gov.br) . Acesso em março de 2015.

GOUVÊA, Luiz Alberto. Biocidade: conceitos e critérios para um desenho ambiental urbano, em localidades de clima tropical de planalto. – São Paulo: Nobel, 2002.

IBRAM/GDF. Guia de Parques do Distrito Federal / Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. – Brasília, DF: IBRAM, 2013.



IBRAM/GDF. Projeto MAPEAR: os parques do Distrito Federal / Gerência de Monitoramento da Qualidade Ambiental e Gestão dos Recursos Hídricos. – Brasília, DF: IBRAM, 2012.

JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. , 3ª ed. - New York: Vintage Books, 1992, p.103.

KLIASS, Rosa G. *Parques urbanos de São Paulo e a evolução da cidade*. – São Paulo: Pini, 1993.

LAMAS, José M. R. Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 5ª ed. – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

MACEDO, Silvio Soares. *Paisagismo Brasileiro na Virada do Século: 1990/2010*. São Paulo: EDUSP; Campinas: Editora Unicamp, 2010.

MARX, Burle. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura. Paisagismo. Parque Recreativo de Brasília*. São Paulo: Projeto, 1978.

SILVA, Maria Alice S. *A produção da Habitação de Interesse Social, no Distrito Federal e seus Rebatimentos nos Assentamentos Irregulares na Cidade Modernista: o caso de Nova Colina*. - Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2011.